

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA
ESPECIALIZAÇÃO EM GERONTOLOGIA INTERVENTIVA

ROBERTO HÜBNER

OFICINA DE REINserÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL:
Idosos Aposentados

São Leopoldo

2015

ROBERTO HÜBNER

OFICINA DE REINserÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL:

Idosos Aposentados

Projeto de Intervenção apresentado como requisito final para obtenção do Título de Especialista em Gerontologia Interventiva da Educação Continuada da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Orientadora: Profª Esp. Maria Regina Morales dos Santos

São Leopoldo

2015

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	3
1.1 Objetivos.....	4
1.1.1 Objetivo Geral	4
1.1.2 Objetivos Específicos	4
1.2 Justificativa	4
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	6
2.1 Velhos, Velhice e Envelhecimento Humano	6
2.2 O Lugar do Trabalho na Vida Humana.....	8
2.3 Trabalho Formal e Informal	10
2.4 Aposentadoria no Brasil.....	11
2.5 Aposentadoria do Homem	12
3 CONTEXTO DO ESTUDO.....	14
4 METODOLOGIA.....	15
4.1 Tipo de Estudo	15
4.2 Sujeito do Estudo.....	15
4.3 Coleta de Dados	16
4.4 Considerações Éticas	16
4.5 Análise dos Resultados	17
5 CRONOGRAMA.....	18
6 ORÇAMENTO	19
REFERÊNCIAS	20
APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA.....	23
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	24

1 INTRODUÇÃO

A população mundial idosa apresenta crescimento nunca visto antes na história humana.

No Brasil os dados do censo demográfico indicam que o brasileiro ganhou mais 10 anos de sobrevivência, revelando aumento de idosos, de 6,4 milhões para 9,7 milhões, ou seja, a proporção de idosos subiu de 3,9% para 5,1%. (BORGES; ERVATTI; JARDIM, 2011).

A longevidade tem ocupado um lugar de destaque nos estudos de várias áreas do conhecimento. Viver mais pode mudar a vida do indivíduo, em muitos aspectos e a aposentadoria é um deles. Especialmente, porque em nossa cultura, o trabalho representa um dos pilares fundamentais da autoestima, identidade e senso de utilidade. A aposentadoria representa positivamente ao indivíduo uma maior disponibilidade de tempo, seja para lazer e para o desenvolvimento de atividades, até então quase impossíveis de serem realizadas. (MAGALHÃES et al., 2005).

A expectativa de vida cresce e aumentam também os benefícios concedidos pela Previdência Social Brasileira. No período entre 2000 e 2010, o total de benefícios concedidos cresceu em mais de 40 %, sendo que somente no período de junho de 2009 a junho de 2010, houve crescimento de 3,8 % nos benefícios de aposentadoria concedidos. (ANSILIEIRO, 2011).

Segundo França (2008), que este envelhecimento mundial não é apenas um privilégio, mas uma conquista e muitos desafios a enfrentar. Especialmente, os desafios econômicos e previdenciários, que se destacam: o valor ínfimo dos benefícios de aposentadoria, a própria manutenção do Regime Geral de Previdência Social brasileiro, questões de saúde e estrutura das cidades. Desafios, que nos levam a uma segunda realidade: a deficiência de atendimentos às demandas da população aposentada.

Frente ao exposto e a significativa procura pela reinserção no mercado formal de trabalho de idosos aposentados cadastrados, na Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social - FGTAS/SL, de março de 2014 a dezembro 2014, totalizando 85 fichas cadastrais preenchidas, sem a reinserção desejada, pergunta-se: Que motivos têm estes idosos aposentados para desejar a reinserção no mercado formal de trabalho, mesmo diante de tantas negativas? A aposentadoria por idade (65 anos de idade) é precoce para o gênero masculino? A aposentadoria é um lugar de inclusão no mundo do não trabalho ou exclusão ao do trabalho?

Este projeto objetiva propiciar uma Oficina sobre Reinserção no Mercado de Trabalho Formal para os idosos aposentados cadastrados no FGTAS/SL, que voluntariamente dela queiram participar, visando o compartilhar de informações sobre o tema proposto.

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo Geral

Propiciar uma Oficina sobre Reinserção no Mercado de Trabalho Formal para idosos aposentados na expectativa do bem estar destes idosos.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Identificar pela Ficha de Cadastro do Trabalhador do FGTAS/SL os idosos aposentados que procuraram este Serviço visando sua reinserção no mercado de trabalho formal, de março a dezembro 2014;
- Contatar por telefone, e-mails ou carta, com os idosos aposentados identificados;
- Convidar os idosos aposentados com fichas preenchidas no FGTAS/SINE a participarem voluntariamente de uma reunião em dia, hora e local indicados, onde serão informados sobre Oficina e a Entrevista;
- Entrevistar (Apêndice A) os idosos aposentados que comparecerem (local, dia e hora combinado) a reunião prevista, para posterior transcrição e análise dos seus conteúdos por categorias e obter suas assinaturas do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice B);
- Explicar os objetivos da Oficina, quando, onde e o horário que a Oficina acontecerá;
- Realizar o Teste Piloto;
- Relatar as atividades desenvolvidas, destacando temas e o perfil dos idosos aposentados participantes da Oficina.

1.2 Justificativa

Pensar a aposentadoria é refletir sobre a velhice, etapa vivida de transição com perdas e ganhos. Para cada pessoa diferente, dependendo da perspectiva em que for percebida e sentida, e não deve ser vista como o fim dos projetos, mas sim, como um recomeço que precisa ser ressignificado.

Este projeto de intervenção justifica-se:

- a) porque a dificuldade de desvinculação do trabalho requer um olhar atento para o lugar do trabalho na constituição da identidade humana, para o lugar da aposentadoria e o idoso aposentado, bem como para os significados que a sociedade lhes atribui;
- b) porque representa a possibilidade de compartilhar informações sobre reinserção no trabalho formal e a respectiva troca de experiências;
- c) importa que os profissionais de diversas áreas do conhecimento reflitam sobre essas questões, buscando capacitação para o exercício de suas atividades com os idosos;
- d) por atender a demanda da FGTAS/SL relativa ao atendimento dos idosos aposentados.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A construção das bases teóricas deste projeto de intervenção foi desenvolvida nos seguintes capítulos: Velhos velhice e envelhecimento humano; O lugar do trabalho na vida humana: trabalho formal e informal; Aposentadoria no Brasil e Aposentadoria do homem. Em cada um deles foram selecionadas afirmações e seus respectivos autores, que ilustram a importância e o crescente interesse pelo estudo dos referidos temas.

2.1 Velhos, Velhice e Envelhecimento Humano

Na opinião de Beauvoir (1990, p. 345) “A velhice é o que acontece às pessoas que ficam velhas; impossível encerrar essa pluralidade de experiências num conceito, ou mesmo numa noção”. Não é fácil apresentar e discutir as diversas conceituações de velho/idoso, velhice e envelhecimento, considerando a pluralidade de experiências vivenciadas por quem envelhece. Muitos são os enfoques dados à conceituação de velho/idoso, velhice e envelhecimento: os cronologistas destacam fatores cronológicos; os biólogos ressaltam fatores orgânicos, os culturalistas enfatizam aspectos culturais e sociais e os psicólogos realçam a conformação subjetiva ou o desenvolvimento psicossocial da pessoa idosa.

Veras (1994) problematiza o conceito de velho/idoso ao afirmar que se trata de um termo impreciso e uma realidade difícil de perceber, especialmente quando pergunta: Quando uma pessoa se torna velha? Aos 50, 60, 65 ou 70 anos? Para Veras (1994) nada flutua mais do que os limites da velhice em termos de complexidade fisiológica, psicológica e social. Concluindo que “[...] não é possível estabelecer conceitos universalmente aceitáveis e uma terminologia globalmente utilizável com relação ao seu conhecimento”. (VERAS, 1994, p. 26).

Para Salgado (1982, p. 70):

Não é mais possível ignorar a grande questão que se coloca para o envelhecimento e que diz respeito a uma adaptação do indivíduo idoso ao meio, não apenas positiva para si mesmo, mas satisfatória para a sociedade como um todo. Daí a necessidade imperiosa de se formularem propostas que visem a promover uma velhice mais integrada.

Paschoal (1996) amplia essa discussão ao considerar idosa a pessoa com 60 anos ou mais e analisa esse critério de forma crítica e contextualizada, quando afirma que cronologicamente há uma dificuldade em se definir velho e velhice, pois, dependendo do desenvolvimento socioeconômico de cada sociedade, os seus membros apresentarão os sinais

inexoráveis do envelhecimento, com suas limitações e perdas de adaptabilidade, em diferentes idades cronológicas. Este autor acompanha a maioria da literatura geriátrica e gerontológica e, aceita um ponto de corte aos 65 anos de idade, a partir da qual, os indivíduos seriam considerados velhos / idosos.

O critério cronológico, apesar de ser o menos preciso, é o mais utilizado sempre que existe necessidade de delimitar a população em estudo. É importante, também, para a comparabilidade de dados em diferentes épocas e lugares. Entre suas desvantagens podem se elencar: arbitrariedades, imprecisão, o fato de não se levar em conta a heterogeneidade etária do seguimento. Apesar de impreciso, esse critério é utilizado atualmente para “[...] formulação de políticas públicas, pois através delas é possível identificar beneficiários para focalizar recursos e conceder direitos”. (CAMARANO, 2004, p. 6).

Papaléo Netto (2002) numa abordagem biológica apresenta o envelhecimento como processo, e a velhice como uma fase da vida e o idoso como resultado final desses componentes. A respeito da velhice afirma que esta é a última fase do ciclo de vida caracterizada por manifestações somáticas como redução da capacidade funcional, calvície, diminuição da capacidade de trabalho e perdas psicológicas, afetivas, motoras e de papéis sociais. Esclarece que tais manifestações somáticas e psicossociais tem início no fim da terceira década de vida, mas que elas são facilmente observáveis quanto ao processo que as determina estar completo. No entanto, explica que “[...] não há uma consciência clara de que, através de características físicas, psicológicas, sociais e culturais e espirituais, possa ser anunciado o início da velhice”. (PAPALÉO NETTO, 2002, p. 10).

Culturalmente, segundo Veras (1994) a velhice deve ser percebida diferentemente em um país com uma expectativa de 37 anos de vida ao nascer, tal como Serra Leoa, e quando se compara à maneira pela qual é percebida em um país com uma expectativa de 78 anos de vida ao nascer, como o Japão. Concluindo que a velhice será uma experiência distinta se comparada à vivenciada em uma cidade com serviços adequados e de casas confortáveis, as de uma favela.

Beauvoir (1990) apresenta não apenas de maneira multidimensional, mas inter relaciona as visões que, envolve o velho e a velhice, pois entende que não é suficiente descrever analiticamente os diversos aspectos da velhice, já que “[...] cada um deles reage sobre todos os outros e é afetado por eles; é no movimento indefinido desta circularidade que é preciso aprendê-la”. (BEAUVOIR, 1990, p. 26).

A velhice é um fenômeno biológico singular, acarretando, ainda, consequências psicológicas. Como todas as situações humanas, ela tem uma dimensão existencial: modifica a relação do indivíduo com o tempo, e, portanto, sua relação com o mundo, com sua própria história e seu psiquismo. Por outro lado, “[...] o homem não vive nunca em estado natural; na sua velhice, como em qualquer idade, seu estatuto lhe é imposto pela sociedade à qual pertence”. (BEUAVOIR, 1990, p. 15).

Em um mesmo momento do desenvolvimento humano, as mudanças podem ter diversas facetas, incluindo crescimento em determinado aspecto e declínio em outro; no entanto, para Neri (1995, p. 33) “[...] há equilíbrio entre ganhos e perdas, indicando mudança adaptativa constante. A proporção entre ganhos e perdas altera-se durante a vida, na infância adponderam ganhos e na velhice, perdas”.

Envelhecimento bem sucedido, não é apenas uma qualidade do indivíduo biológico, psicológico ou social, mas é resultado da qualidade da interação entre indivíduos em mudanças e, como tal “[...] depende da história individual, do contexto, histórico cultural é de fatores genéticos biológicos”. (NERI, 1995, p. 38).

A multiplicidade de posicionamentos conceituais e práticos sobre velhice, envelhecimento e velho/idoso aponta para uma conjuntura em que o discurso científico sobre esse assunto não se cristalizou e sugere mais e mais estudos.

2.2 O Lugar do Trabalho na Vida Humana

O trabalho se constitui um determinante para a organização e inserção social e está articulado às relações humanas, intrínseco à constituição e às mudanças da própria identidade do homem. Em contrapartida, a aposentadoria implica o rompimento com essa identidade profissional. Ser aposentado é deixar de se “João, o professor”; “Maria, a enfermeira”; ambos serão simplesmente João e, Maria, os “aposentados” ou, de forma depreciativa, os “inativos”. O lugar do trabalho na vida humana é um privilégio, e muitas vezes, é reconhecido e identifica-se com sua profissão na sociedade, como se fosse um sobrenome que adquirido; “João, o professor”; Maria, a enfermeira. (SOARES; BOGONI, 2008).

Para Zanelli, Silva e Soares (2010) o trabalho estabelece relações durante toda vida humana e pode ser compreendido como um núcleo de sentido da existência. Ele é central para o desenvolvimento do autoconceito e da autoestima.

A palavra aposentadoria apresenta a vinculação a duas ideias centrais. A primeira é a de retirar-se aos aposentos, de recolher-se ao espaço privado de não trabalho, sendo tal

compreensão associada ao status depreciativo de inatividade e abandono. A segunda ideia é a de jubramento, acarretando uma perspectiva otimista, onde há conotações de prêmio, recompensa e contentamento. (CARLOS et al., 1998).

A aposentadoria considerada como perda de referência do trabalho, é compreendida de forma contrária à significação de júbilo. O “aposentar-se” tende a ser acompanhado por valores negativos como: inutilidade, incapacidade e envelhecimento. Assim, o aposentado é quem não possui mais utilidade para manutenção do sistema produtivo, especialmente na sociedade capitalista. Ao aposentar-se o indivíduo experimenta um processo de inatividade, isto é, precisa lidar com perdas com conflito de sentir-se produtivo e capaz, por outro lado, com o estigma da não ação cobrado pela sociedade, onde o aposentado é quem não precisa fazer nada. "Assim, o aposentado vê-se desprovido de um lugar e, ao mesmo tempo, é substituído por alguém com todas as capacidades que ele foi obrigado a abdicar ou teve que reprimir". (SOARES, 2002, p. 36).

O mundo da aposentadoria não é um espaço socialmente reconhecido. Devido a esta falta de “lugar”, os aposentados habitam “lugares” inexistentes ou não reconhecidos, - um “papel sem papel”, devido à perda de posição, dos amigos, do núcleo de referência, a transformação dos valores, das normas e das rotinas. Fala-se muito em mundo do trabalho, mas pouco se fala em mundo da aposentadoria ou do não trabalho devido à aposentadoria. (ZANELLI; SILVA; SOARES, 2010).

Para Santos (1990) o afastamento do trabalho em razão da aposentadoria costuma gerar sentimentos ambíguos, uma vez que a pessoa se depara tanto com sentimento de liberdade quanto com o de crise. Liberdade, pelo sentimento resultante da busca pelo prazer em atividades de lazer e concretização de planos, anteriormente não possíveis de realizar. Crise, pela recusa em aceitar a condição de aposentado, especialmente pela imagem estigmatizada de ser inativo.

Para França (2008) aprendemos há dividir o tempo entre o trabalho e o não trabalho e, aposentado, só resta o tempo de não trabalho. A imagem da aposentadoria é ambígua porque se alternam os sentimentos de liberação do trabalho e a possibilidade de ser mais feliz, com sentimentos de vagabundagem, de vazio e de solidão.

Para muitas pessoas trabalhar significa viver, sendo a única atividade útil e as demais são vistas como perda e desperdício de tempo Para muitos, a aposentadoria significa a perda do sentido dos objetivos, da rotina que organiza a vida e do papel que concede a uma pessoa um lugar na sociedade. (SUPER; BOHN JUNIOR, 1972).

Segundo Witczak (2005) a expectativa de afastamento ou parar de trabalhar está diretamente relacionado ao sentimento de fim da vida. Se trabalhar é viver, a vida sem trabalho denota finitude, simboliza a impossibilidade de continuar interagindo, participando, vivendo em sociedade.

Entende-se que a aposentadoria não deve ser vista como o fim dos projetos, mas sim com um recomeço que precisa ser reestruturado.

2.3 Trabalho Formal e Informal

O trabalho formal, no Brasil, significa

[...] qualquer ocupação trabalhista, manual ou intelectual, com benefícios e carteira profissional assinada. Consiste em um trabalho fornecido por uma empresa, com todos os direitos trabalhistas garantidos. O papel ocupado ou a função que a pessoa desempenha em alguma atividade econômica lhe confere uma remuneração. No caso dos empregados de uma empresa, por exemplo, essa remuneração pode ser chamada de salário ou de vencimentos, sendo esta muito utilizada para se referir aos rendimentos dos que trabalham em órgãos do governo.

No caso dos donos das empresas, chamados de empresários, essa remuneração é o lucro. Os donos têm poder de determinar o futuro da empresa. Esse poder, chamado de poder econômico, será tanto maior quanto maior for a empresa. Os trabalhadores que tem registro em carteira e seus direitos trabalhistas garantidos, recolhendo uma taxa para aposentadoria (contribuição ao INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social), ou as pessoas que, mesmo trabalhando por conta própria (sem que estejam empregadas em empresas ou órgão do governo), recolhem determinadas taxas, desenvolvem atividades que são chamadas de formais, ou seja, estão de acordo com uma série de leis que se referem ao trabalho e às atividades econômicas. (TRABALHO ..., 2014a).

Trabalho informal

[...] é o trabalho sem vínculos registrados em carteira de trabalho ou documentação equivalente, sendo geralmente desprovido de benefícios como remuneração fixa e férias pagas. O uso da expressão trabalho informal tem suas origens nos estudos realizados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) no âmbito do Programa Mundial de Empregos de 1972. Ela aparece, de forma particular, nos relatórios a respeito das condições de trabalho em Gana e Quênia, na África.

Entre os fatores que dão força ao trabalho informal no Brasil está o excesso de tributos incidentes sobre o emprego e a falta de tratamento mais favorável às microempresas. Por influência de crises econômicas e da subtração do trabalho humano por máquinas, o aumento do desemprego fez com que mais pessoas se tornassem trabalhadoras de rua (camelôs) sem garantias como férias, décimo terceiro salário, hora extra remunerada, FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) licença maternidade e paternidade e seguro desemprego. (TRABALHO ..., 2014b).

2.4 Aposentadoria no Brasil

A aposentadoria chega ao Brasil por volta de 1960, conforme Peixoto (1998), com a criação da Lei Orgânica da Previdência Social, que reuniu os diversos sistemas previdenciários até então existentes, uniformizando a legislação e trazendo para o controle do Estado a questão das aposentadorias, que eram anteriormente organizadas por categorias, ou mesmo por empresas, nos chamados Instituto de Aposentadoria e Pensão (IAP's) e Caixas de Aposentadorias e Pensão (CAP's). Em 1966, criou-se o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), que centralizou todas as decisões sobre estes assuntos, originando no ano de 1973 a aposentadoria normal (ou por idade). Ela será aposentadoria normal, do ponto de vista legal, pode ser requerida pelo próprio trabalhador segurado que, após 60 contribuições mensais completa 65 e 60 anos para homem e mulher respectivamente, sendo que para fazer jus ao benefício deverá o segurado se desligar de todas as atividades remuneradas, caso exerça mais de uma, abrangidas pela Previdência Social. Por outro lado, a aposentadoria por tempo de serviço pode ser requerida após 60 contribuições mensais, completados 35 anos de serviço. (PEIXOTO, 1998).

Terá direito, ainda segundo Peixoto (1998) à aposentadoria por invalidez o segurado que, após 12 contribuições mensais, estando ou não recebendo o auxílio-doença comprovar a incapacidade total e definitiva – a invalidez – mediante exame médico a cargo da Previdência Social. Entretanto, o auxílio-doença ou a aposentadoria por invalidez serão transformados em aposentadoria por velhice quando o segurado completa a idade no qual faz jus a esse benefício, desde que cumprido o período de carência. Continuando, Peixoto (1998) cita que a aposentadoria especial se refere ao segurado que, contando no mínimo 60 contribuições mensais, tenha trabalhado em atividades profissionais consideradas (em decreto do Poder Executivo) insalubres, perigosas ou penosas, e as tenha exercido 15, 20 ou 25 anos (conforme a atividade que desenvolve) pelo menos.

Para Cecilio (1989) a aposentadoria é o período da vida do trabalhador em que se institucionaliza a dispensa normativa e legal aos serviços profissionais. Pode ocorrer por idade, por tempo de serviço e por invalidez. Ela sinaliza o fim de um tempo de trabalho, e o retorno daquilo que ele pagou enquanto permanecia na ativa. Esse retorno assume a forma de benefícios, podendo significar o fim das atividades ou não.

Pode-se pensar a aposentadoria, segundo Carlos et al. (1999) desde o seu conteúdo semântico, que remete à palavra aposento, que por sua vez remete à noção de recolhimento.

Neste sentido socialmente aceita se for relacionada tanto a doença como a idade avançada, do contrário se expressa por marginalização social e exclusão do mundo do trabalho.

Conforme Salgado (1989, p. 4):

A generalização da aposentadoria criou um princípio de identidade para a velhice definindo, basicamente, pela inatividade. A aposentadoria decreta funcionalmente a velhice, ainda que o indivíduo não seja velho ao ponto de vista biológico. Assim, cai por terra a concepção da incapacidade para o trabalho como razão primordial para a aposentadoria.

Enfatiza ainda, Salgado (1989) que, independente da circunstância que ocorra, seja cercada de recursos materiais ou não, a aposentadoria traz para a maioria dos trabalhadores a iminência de um conflito individual e social. Muitas pessoas, independentemente de idade ou tempo de trabalho, não se encontram preparadas para aposentarem-se e nem sequer o desejam, transformando-se em vítimas de seu próprio descanso, quando o tempo se amplia em razão das tarefas e ocupações de rotina, sem a presença das funções nobres da atividade profissional.

A aposentadoria surge, regra geral, como uma época em que é abundante o tempo livre, o que para Salgado (1980) tem se caracterizado como um problema objeto de preocupação de todas as sociedades, em especial naquelas em que o estágio de desenvolvimento econômico “[...] tem resultado, para o homem, numa maior liberação da atividade do trabalho, antecipando, inclusive, o tempo para a aposentadoria, já entendida como um tempo social de vida”. (SALGADO, 1980, p. 60).

2.5 Aposentadoria do Homem

Para o homem, segundo Townsend (apud BARROS, 1998) a aposentadoria está ligada a uma redução nas relações sociais e na renda: a pensão que recebe como aposentado traz um novo problema para formação de novos laços de amizades, bem como para preservação dos antigos, devido a dificuldade de retribuição. Barros (1998) complementa esta ideia ao afirmar que a aposentadoria para os homens e a viuvez para as mulheres são momentos importantes, pois marcam “o processo de desengajamento” na medida em que diminuem os relacionamentos sociais e modificam aqueles que permanecem. O abandono dos papéis centrais da vida cria uma perda moral que se caracteriza por uma impossibilidade psicológica de enfrentar o processo de desengajamento, a menos que os papéis apropriados para o estado de desengajamento estejam disponíveis. (TOWNSEND apud BARROS, 1998).

Depois desse desengajamento, numa possível rearticulação de vida, o homem se encontra numa situação desprivilegiada em relação à mulher, já que as mulheres na viuvez não se afastam da família, seu meio social por excelência. Ainda, com frequência, estabelecem novas formas de convívio social, o que dificilmente ocorre com os homens. É o que nos dizem Debert (1994) e Ruschel (1998), ao afirmarem que 80 % das pessoas idosas que frequentam programas para terceira idade são mulheres.

A aposentadoria pode significar uma possível perda do papel profissional. No entanto, mantém-se um vínculo simbólico com o trabalho através da identidade de trabalhador, pois não se rompem os modelos da identificação, construída no passado e apropriada como representativos do Eu, conforme Santos (1990).

Para Costa (1987), deve-se tomar o trabalho não apenas como um meio de sobrevivência, porém mantenedor do sujeito na posse de um predicado que o torna humano, que o inclui na sociedade, afirmando sua existência individual e sua identidade. É devido a esta significação social conferida ao trabalho, que o seu afastamento - a aposentadoria pode representar uma ruptura de identidade de trabalhador e uma necessidade de reorganização pelo indivíduo de sua história e de seus projetos para o futuro. O trabalho legitima o papel social de provedor atribuído ao homem.

Assim, ser aposentado para o homem é assumir uma dimensão de desvalorização social, pois se perde status, responsabilidades e prestígio, frente a uma vida engajada no mundo do trabalho, mundo do público, como trabalhador. As mulheres, quando da chegada de sua aposentadoria, ainda mantém a esfera doméstica nos seus afazeres, e assim seu papel social continua mantido. A ruptura efetiva se dará no momento de sua viuvez.

O homem se fragiliza mais que a mulher no envelhecimento. Talvez a função social de provedor, de ser obrigado a demonstrar força, no trabalho, na família, nas relações amorosas, durante todo tempo, deixe a ele poucas possibilidades de se adequar num momento de declínio de força e poder. A vida toda precisou demonstrar vigor e energia, a provar que era o mais forte e poderoso. Agora, a habilidade funcional declina mesmo no envelhecimento bem sucedido. É fundamental encontrar intervenções que devolvam a possibilidade de envelhecimento ativo e saudável para todos, para o homem inclusive. O envelhecimento é uma experiência diferente para homens e mulheres, mas deve ser experiência positiva para ambos.

3 CONTEXTO DO ESTUDO

A Intervenção prevista no presente Projeto será realizada na agência da Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS) de São Leopoldo, Rua Independência nº460 - Centro/São Leopoldo. Conhecida anteriormente por SINE (Sistema Nacional de Emprego) ainda hoje, depois da criação da FGTAS, o apelido “SINE” permanece mas esta nomenclatura não mais existe.

A Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS/RS) é uma Instituição executora das políticas públicas de trabalho, emprego e desenvolvimento social do Estado, com sede na Avenida Borges de Medeiros, 1501, 8º andar, Centro, Porto Alegre vinculada a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS), órgão este responsável pela articulação e execução das políticas sociais no Rio Grande do Sul. É responsável pela política estadual de acesso ao mercado de trabalho, programas de qualificação profissional, saúde e segurança no trabalho. Atualmente são 144 agências da FGTAS no Estado do Rio Grande do Sul. (RIO GRANDE DO SUL, [2015])

4 METODOLOGIA

O presente Projeto de Intervenção se alinha aos princípios da Metodologia Científica e através das etapas metodológicas descritas a seguir, ao planejamento estratégico e a efetivação da Oficina sobre Reinserção de Idosos Aposentados no Mercado de Trabalho Formal.

4.1 Tipo de Estudo

O presente Projeto propõe a efetivação de uma Oficina sobre Reinserção de Idosos Aposentados no Mercado de Trabalho Formal na FGTAS/SL. Para tal, inicialmente os idosos aposentados, que aceitarem voluntariamente dela participar serão entrevistados individualmente com questões semi abertas, constituindo uma pesquisa qualitativa exploratória. Para Creswell (2010, p. 26) “A pesquisa qualitativa é um meio para explorar e entender o significado que os indivíduos ou grupos atribuem a um problema social ou humano”. Segundo Hernández Sampieri, Fernández Collado e Baptista Lucio (2013) quando do tipo exploratória ela utiliza a coleta de dados sem medição numérica para descobrir ou aprimorar perguntas no processo de interpretação.

As respostas das entrevistas contribuirão na composição temática da referida Oficina.

A oficina é uma metodologia de trabalho que prevê a formação coletiva, momentos de interação e troca de saberes a partir da uma horizontalidade na construção do saber inacabado. Sua dinâmica segundo Freire (1998) diz respeito à dialética/dialogicidade na relação educador e educando. Portanto, como técnica de intervenção, a oficina temática tem se mostrado uma estratégia capaz de responder as expectativas do despertar para uma consciência crítica dos participantes.

Para Candau et al. (1995), a oficina constitui um espaço de construção coletiva do conhecimento, de análise da realidade, de confronto e troca de experiências.

As oficinas são “[...] *unidades produtivas de conhecimentos a partir de uma realidade concreta, para serem transferidas a essa realidade a fim de transformá-la.*” (OMISTE; LÓPEZ; RAMIRES, 2000, p. 178, grifo do autor).

4.2 Sujeito do Estudo

Os sujeitos deste Projeto serão os idosos, homens, aposentados, que tem ficha cadastral preenchida no FGTAS/SL de março a dezembro de 2014 procurando sua reinserção no mercado de trabalho formal e que voluntariamente participarem da entrevista (Apêndice A) e

posteriormente da Oficina. Foram cadastrados 85 idosos aposentados no FGTAS/SL no referido período.

4.3 Coleta de Dados

Após a verificação nas Fichas Cadastrais do FGTAS/SL de março a dezembro de 2014 os idosos aposentados identificados, por desejarem sua reinserção no mercado de trabalho formal serão convidados por telefone, e-mail ou carta, para uma reunião no FGTAS/ SL com data, local e horários previstos. Durante a referida reunião estes idosos receberão todas as informações sobre a Oficina proposta, e a entrevista a ser realizada, a preservação de suas identidades, e a garantia de sigilo das informações fornecidas. Ainda, serão informados sobre o Termo de Consentimento Livre Esclarecido - TCLE, (Apêndice B), que deverá ser aceito e assinado. A mencionada entrevista será realizada na sala de entrevistas, ambiente bem iluminado, sem interferência de outras pessoas, local arejado e reservado na agência da Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social, FGTAS de São Leopoldo, Rua Independência, 460, Centro de São Leopoldo/RS. Ela contém questões semi abertas (Apêndice A), com a finalidade de individualmente se conhecer os possíveis motivos para a solicitação de reinserção no mercado de trabalho formal solicitada na FGTAS/SL e o que sabem a respeito do tema. Posteriormente as respostas gravadas serão transcritas e analisadas por categorias. Para Bernardes (2011) a categoria de análise permite designar formas fundamentais do pensamento para o conhecimento de certa realidade, ou seja, ela permite definir os modos de ser, enquanto o conceito define ideias a respeito de algo. Um exercício de aproximação com autores e falas dos entrevistados como também de distanciamento para melhor compreensão do fenômeno estudado.

4.4 Considerações Éticas

Respeitando as diretrizes da unidade de Pesquisa, após a aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS, no momento da entrevista cada idoso aposentado/participante será informado dos objetivos, das justificativas deste estudo e os respectivos esclarecimentos de toda e qualquer dúvida que seja mencionada. A seguir lhe será apresentado o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (Apêndice B) uma proteção legal e moral do pesquisador e do pesquisado, visto que ambos estarão assumindo responsabilidades. Atendendo assim aos princípios éticos envolvendo o

estudo com seres humanos. O Termo de Consentimento Livre Esclarecido foi formulado tomando por base a Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde e Resolução RDC39/2008 da ANVISA, como princípio e garantia de que o participante possa escolher se quer ou não participar do estudo uma proteção a liberdade de escolha e a autonomia do indivíduo.

4.5 Análise dos Resultados

As respostas obtidas nas entrevistas serão transcritas e analisadas por meio de categorias identificadas e associadas aos objetivos deste Projeto conforme esclarecimento anterior.

Esta pesquisa não nos permite delinear conclusões, mas contribuirá significativamente na elaboração/seleção dos temas da Oficina sobre Reinserção de Idosos Aposentados no Mercado Formal de Trabalho, a Intervenção prevista.

5 CRONOGRAMA

ETAPAS	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai	Jun.
Escolha do Orientador						
Escolha do tema do projeto						
Elaboração projeto						
Revisão de Literatura						
Formatação e Relatório Final						
Entrega do Projeto						
Consulta Sistema FGTAS – perfil Idoso- masculino - aposentado						
Convite de Participação da Oficina						
Teste Piloto						
Aplicação Entrevistas						
Realização da Oficina						
Análise dos Resultados						

6 ORÇAMENTO

MATERIAL	VALOR
Gravador	200
Fita cassete	35
Pilhas AA	30
Impressão	60
Folha A4	50
Combustível	150
TOTAL	R\$ 525,00

REFERÊNCIAS

- ANSILIEIRO, Graziela. Regras de indexação dos benefícios previdenciários: evolução recente e implicações para o regime geral de previdência social. **Informe de Previdência Social**, Brasília, DF, v. 22, n. 6, p. 1-11, jun. 2010. Disponível em: <http://www.previdencia.gov.br/arquivos/office/3_100917-174822-012.pdf>. Acesso em: 11 maio 2015.
- BARROS, Míriam Moraes Lins de. **Velhice ou terceira idade**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- BEAUVOIR, Simone. *A velhice*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- BERNARDES, Antonio. Quanto às categorias e aos conceitos. **Revista Formação Online**, Presidente Prudente, v. 2, n. 18, p. 165-172, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/viewFile/602/1225>>. Acesso em: 28 mar. 2015.
- BORGES, Gabriel Mendes; ERVATTI, Leila Regina; JARDIM, Antonio de Ponte. **Mudança demográfica no Brasil no início do século XXI**: subsídios para as projeções da população. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=293322>>. Acesso em: 04 maio 2015.
- CAMARANO, Ana Amélia; PASINATO, Maria Tereza. Introdução. In: CAMARANO, A. A. (Org.). **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?** Rio de Janeiro: IPEA, 2004. p. 1-22.
- CANDAU, Vera Maria et al. **Oficinas pedagógicas de direitos humanos**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.
- CARLOS, Sergio Antonio et al. Identidade, aposentadoria e envelhecimento. **Estudos Interdisciplinares sobre Envelhecimento**, Porto Alegre, v. 1, p. 77-78, 1999.
- CARLOS, Sergio Antonio et al. Identidade, aposentadoria e terceira idade. In: BARRILLI, H. S. (Org.). **O saber construído sobre o processo do envelhecimento**. Porto Alegre: RGS/UNISINOS/PUCRS, 1998. p. 18-39.
- CECILIO, Sálua. **Aposentadoria como velhice: um subproduto do culto do trabalho?** 1989. 250 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) -- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), São Paulo, SP, 1989.
- COSTA, Jurandir Freire. **Psicanálise e contexto cultural**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1987.
- CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativos, quantitativos e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- DEBERT, G. **A reinvenção da velhice, socialização e reprivatização**. São Paulo: Ed. USP: FAPESP, 1994.

FRANÇA, Lúcia. **O desafio da aposentadoria**: o exemplo dos executivos do Brasil e da Nova Zelândia. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

HERNÁNDEZ SAMPIERI, Roberto; FERNÁNDEZ COLLADO, Carlos; BAPTISTA LUCIO, Pilar. **Metodologia da pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

MAGALHÃES, M. O. et al. Um regime único de aposentadoria no Brasil: pontos para reflexão. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 15, n. 3, p. 11-29, set./dez.2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/neco/v15n3/v15n3a01.pdf>>. Acesso em: 04 maio 2015.

NERI, Anita Liberalesso. **Psicologia do envelhecimento**: tópicos selecionados numa perspectiva de curso de vida. Campinas: Papyrus, 1995.

OMISTE, A. Saavedra; LÓPEZ, Maria Del C.; RAMIREZ, J. Formação de grupos populares: uma proposta educativa. In: CANDAU, Vera Maria; SACAVINO, Susana (Org.) **Educar em direitos humanos**: construir democracia. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. p. 22-31.

PAPALÉO NETTO, Matheus. O estudo da velhice no século XX: histórico, definição de campo e termos básicos. In: FREITAS, E. V. et al. **Tratado de geriatria e gerontologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002. p. 2-12.

PASCHOAL, Sérgio Márcio Pacheco. Autonomia e independência. In: PAPALÉO NETTO, M. (Org.) **Gerontologia**: a velhice e o envelhecimento em visão globalizada. São Paulo: Ateneu, 1996. p. 313-323.

PEIXOTO, Clarice. Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho, velhote, terceira idade... In: BARROS, Miriam Moraes Lins de. **Velhice ou terceira idade?** Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 69-84.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Trabalho e do Desenvolvimento Social. Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS). **[Home]**. Porto Alegre, [2015]. Disponível em: <http://www.stds.rs.gov.br/fgtas.php?area_menu=FGTAS>. Acesso em: 28 abr. 2015.

RUSCHEL, Ângela Ester. Envelhecimento e gênero: a construção de um novo tempo. In: CASTRO, Odair Perugini de (Org.). **Velhice que idade é esta?** Uma construção psicossocial do envelhecimento. Porto Alegre: Síntese, 1998. p. 87-100.

SALGADO, Marcelo A. Aposentadoria e ética social. **Revista da Terceira Idade**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 4-8, 1989.

SALGADO, Marcelo A. **Velhice**: uma nova questão social. São Paulo: SESC-CETI, 1982.

SALGADO, Marcelo A. **Velhice**: uma nova questão social. São Paulo: SESC, 1980.

SANTOS, Maria de Fátima Souza. **Identidade e aposentadoria**. São Paulo: EPU, 1990.

SOARES, D. H. P.; BOGONI, A. Projetos de futuro na aposentadoria: uma discussão fundamentada pela orientação profissional em psicologia. **Revista de Psicologia y Ciencias Afines**, Mar del Plata, v. 5, n. 2, p. 35-46, 2008.

SOARES, Dulce Helena P. **A escolha profissional: do jovem ao adulto**. São Paulo: Summus, 2002.

SUPER, Donald E.; BOHN JUNIOR, Martin J. **Psicologia ocupacional**. São Paulo: Atlas, 1972.

VERAS, Renato Peixoto. **País jovem com cabelos brancos: a saúde do idoso no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

TRABALHO formal. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. San Francisco, CA, 19 nov. 2014a. Disponível em: < http://pt.wikipedia.org/wiki/Trabalho_formal>. Acesso em: 25 abr. 2015.

TRABALHO informal. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. San Francisco, CA, 28 ago. 2014b. Disponível em: < http://pt.wikipedia.org/wiki/Trabalho_informal>. Acesso em: 25 abr. 2015.

WITCZAK, Marcus Vinicius C. **Envelhecer ao aposentar-se: discutindo a aposentadoria masculina, o envelhecer e o subjetivar**. Santa Cruz do Sul: Ed. EDUNISC, 2005.

ZANELLI, José Carlos; SILVA, Narbal; SOARES, Dulce Helena P. **Orientação para aposentadoria nas organizações de trabalho: construção de projetos para o pós-carreira**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA

Entrevista nº _____

Idade: _____

Estado Civil: _____

Escolaridade: _____

Profissão antes da aposentadoria: _____

Ano da aposentadoria: ____/____/____

1. Há quanto tempo desempregado?

2. Por que escolheu voltar ao mercado de trabalho?

-citar motivos:

3. Segundo os Direitos Trabalhistas conhece as vantagens e desvantagens da Reinserção do Aposentado ao Mercado de Trabalho Formal?

4. A partir de sua experiência profissional, qual a atividade que gostaria de exercer nessa volta ao trabalho? Por quê?

Eu, _____ tendo lido as informações acima, e tendo sido esclarecido das questões referentes ao estudo, concordo em participar livremente do presente estudo.

Assinatura:

Data: ____/____/____

Orientadora: Pisc. Maria Regina Morales dos Santos - CRP07/14805

Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

Curso de Especialização em Gerontologia Interventiva/2015

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, ROBERTO HÜBNER, graduado em Educação Física pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, cursando a Especialização em Gerontologia Interventiva - UNISINOS, orientado pela Psicóloga Maria Regina Morales dos Santos, informo que esta pesquisa corresponde ao meu Trabalho de Conclusão de Curso para a obtenção de título de Especialista em Gerontologia Interventiva. Assim, pelo presente venho convidá-lo (a) a participar da pesquisa, intitulada: REINSERÇÃO DE IDOSOS APOSENTADOS NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL.

As perguntas que serão feitas não pretendem trazer nenhum desconforto ou risco, já que são sobre Reinserção de Idosos Aposentados no Mercado de Trabalho Formal. A pesquisa indicará informações que os idosos têm sobre o tema, contribuindo assim para a elaboração do roteiro da Oficina proposta.

A identidade do participante será preservada, pois seus nomes e informações não serão divulgados. Os dados obtidos serão utilizados apenas para fins de investigação. O Senhor poderá desistir do estudo a qualquer momento, sem prejuízo algum, como também, obter informações sobre o andamento da pesquisa e/ou seus resultados. Sua participação é voluntária. Outros esclarecimentos sobre este estudo poderão ser obtidos junto ao pesquisador, pelo telefone (51) 3588-5201, pelo e-mail betohubner@zipmail.com.br ou com a Psicóloga Maria Regina Morales dos Santos, pelo e-mail mregina@unisinis.br

Eu, _____, fui informado sobre a pesquisa e após ler este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, concordo em participar da pesquisa, e assino este documento em duas vias, sendo que uma fica em meu poder.

São Leopoldo, ____ de _____ de 2015.

Assinatura do Participante

Assinatura da Orientadora

Curso de Especialização em Gerontologia Interventiva

Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

Assinatura do Pesquisador